



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

– Síntese –

PROGRAMA DO GOVERNO: “Administração Pública favorecedora do desenvolvimento e do exercício da Cidadania e da Democracia”; “Administração Pública prestadora de serviços de qualidade próxima dos cidadãos e das empresas”.

OBJECTIVOS:

- A. Implementação da Lei de Bases do Regime da Função Pública.
- B. Instrumento de Gestão de Recursos Humanos na A.P.
- C. Revisão do Sistema de Avaliação de Desempenho na A.P.
- D. Estudo de Mobilidade
- E. Desconcentração da BDRH

A. **IMPLEMENTAÇÃO DA LBRFP** (em fase de aperfeiçoamento, para posterior apresentação ao parlamento)

A LBRFP traz inovações:

- Prevalência do sistema de emprego
- Bolsa de emprego publico na AP
- Estágios profissionais na A.P.
- Quota de emprego para deficientes
- Novo sistema de aposentação
- Aposentação antecipada e pré-aposentação
- Pensão unificada
- Acção social complementar
- Restrição do exercício de cargos políticos por aposentados
- Cessação de privilégios de promoção pelo mero exercício dos cargos políticos

B. **INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NA A.P.**

(Reformulação do PCCS)

Linhas Gerais: Mecanismos de recrutamento e desenvolvimento profissional devem adequar-se à LBRFP e ao ambiente da A.P.

O PCCS regula, fundamentalmente, a carreira técnica (os restantes casos enquadram-se no regime de emprego, com aplicação da LBRFP).

È necessário:

- Definir, de forma mais apertada, critérios de constituição dos quadros privativos & mecanismos de recrutamento do pessoal dirigente e do quadro especial;
- Analisar detalhadamente o impacto financeiro das reformas no sistema de carreiras
- Definir os mecanismos de desenvolvimento profissional dos trabalhadores em regime de emprego;
- Proposição de balizas que dêem enformar os privativos, dirigentes e especiais.



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

**MINISTÉRIO DO TRABALHO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E
SOLIDARIEDADE SOCIAL JUSTIÇA**

– Síntese –

TRABALHO

GANHOS:

- Aprovação, em Outubro 2007, do Código Laboral (constituem prioridades a elaboração da legislação complementar e a regulamentação do Código e a criação das condições para implementação das inovações introduzidas).
- Concertação Social (assinatura do acordo de concertação estratégica 2007-2011).

I. ÁREA DE PROTECÇÃO E INSERÇÃO SOCIAIS.

- Instalação do Centro Nacional de Pensões Sociais (cobertura de 22.136 beneficiários);
- Investimento na organização do Fundo Mutualista (criado para prestar alguns serviços aos utentes, principalmente em matéria de cobertura medica e medicamentosa e despesas funerárias);
- Actualização do valor da pensão (era de 3.150\$00; em Jan. passou para 3.229\$00; em Maio passou para 3.500\$00. tem um custo anual de 900 mil contos);

Compromisso: Elevar a pensão social mínima ara 5.000\$00 até 2011.

II. PROGRAMAS DE PROTECÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS FAMÍLIAS.

- Programa de evacuação de doentes carenciados (cobertura: 1.500 pessoas; custo: 30.000.000\$00).
- Programa de apoio a órfãos e outras crianças em situação de vulnerabilidade;
- Programa de atendimento às pessoas vivendo com HIV/SIDA;
- Programa de promoção e Apoio às iniciativas de desenvolvimento comunitário;
- Aprovação do quando normativo e estratégico a médio prazo para o sector das Micro - Finanças;
- Estruturação e desenvolvimento de um programa de economia solidária (estará no centro de atenção do Governo).



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

III. CRIANÇA/ADOLESCENTE.

- Continuidade do processo de reforma legal e institucional;
- Reforço da capacidade de intervenção (Programas de atendimento, aconselhamento e encaminhamento, de crianças e respectivas famílias, com mais de 2.318 casos em 2007 e 849 no 1º semestre de 2008);
- Programa de Emergência infantil (104 casos em 2007 e 72 em 2008); custo são de 13.00.000\$00);
- Programa “Disque e denuncia” (com 369 camadas em 2007 e 276 em 2008);
- Família substituta ou de acolhimento;
- Centros de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco (cobertura de 220 casos).

IV. PROGRAMA NACIONAL DE LUTA CONTRA A POBREZA.

- Cobertura actual: 11 Concelhos, nas Ilhas de Santiago (São Miguel e Tarrafal), Fogo, Santo Antão Brava e São Nicolau, tendem 70.000 famílias como potenciais beneficiários.
- Com a extensão do III Ciclo (a partir de 2008), mais 9 municípios beneficiarão (S.L. dos Órgãos, S.S. do Mundo, Ribeira Grande de Santiago, S. Domingos, Praia Rural, S.C. de Santiago, Sta.Cruz, São Vicente Rural e Maio).
- Para este III Ciclo (e no âmbito do Acordo de crédito assinado com a FIDA, em que o Governo entrou com 12 milhões de dólares, no total de 20 milhões de dólares), beneficiarão mais 400 associações (sendo 97 de S. Antão e 48 de Sta. Cruz).

EMPREGO

PROJECTOS/GANHOS:

1. Plano Estratégico de Emprego 2009-2011 (em fase adiantada de elaboração);
2. Sistema de Informação, para recolha, tratamento e análise de informações sobre o mercado de trabalho (em fase de implementação);
3. Observatório de Emprego e Formação profissional (em fase de implementação), para produção de informação sobre:



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

- Tendências de emprego, desemprego, migrações, níveis de qualificação e demais indicadores do mercado de trabalho;
- Disponibilidade de mão-de-obra e mobilidade dos trabalhadores;
- Produção de estatísticas do sector informal da economia, incluindo o seu funcionamento e impacto sobre o emprego;
- Programas de promoção, apoio e fomento de micro-empresas;
- Estatísticas relativas ao sistema de formação profissional, programas e acções de formação oferecidas pelos centros e estabelecimentos de formação profissional.

4. **Inquérito Semestral ao Emprego** (iniciados preparativos para realização do Inquérito ao Emprego 2008).

5. **Bolsa de Qualificação e Emprego (BOE) (está na fase final e ficou operacional a 31 de Julho de 2008)**, para:

- Melhorar a gestão da informação no IIEFP, através da implementação de um software de gestão de dados da procura e oferta de emprego, bem como de dados respeitantes a acções formativas.
- Com a sua implementação efectiva o Departamento de Emprego passará a publicar dados referentes às Estatísticas de Desemprego/Emprego registado nos Centros de Emprego.
- Os utentes poderão fazer as suas inscrições & procuras de emprego *on line*, e as empresas terão também, a faculdade de colocar as suas ofertas.

6. **Estatísticas de Quadro de Pessoal (foi realizado, em Agosto 2007).**

- O Inquérito às Empresas possibilitou inquirir todas as Empresas com mais de 3 pessoas ao seu serviço.

6. **Empreendedorismo de Mulheres:**

- Conta com o co-financiamento da Cooperação Espanhola;
- É no valor de € 250.000,00;
- Tem por objectivo o “empowerment” económico das mulheres de Cabo Verde, através:
 - Da promoção de acções de formação em Gestão de Pequenos Negócios e em Gestão de Micro Empresas;
 - Assistência Técnica na elaboração dos projectos de criação de micro-empresas;
 - Gestão de Micro crédito.



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

“A qualificação profissional impõe-se como uma das mais poderosas armas contra o desemprego e um contribuinte incontornável para a competitividade da economia”.

NECESSÁRIO:

- Estruturação do sistema;
- Mobilização de novas parcerias técnicas e financeiras,
- Para o alargamento da oferta formativa a curto prazo e a implementação do plano estratégico já elaborado e aprovado pelo Governo.

CURIOSIDADE:

- Recursos afectos à formação profissional em 2006 (OE) foram multiplicados por 4 (sem a Escola de Hotelaria e Turismo).

INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS:

- Plano estratégico de formação profissional;
- Plano nacional de emprego;
- Regulamentação (em curso):
 - Do fundo de formação profissional;
 - Dos regimes de aprendizagem e dos sistema de acreditação;
 - Da reestruturação e consolidação das instituições de coordenação da formação profissional.

GANHOS:

**A. ALARGAMENTO, AUMENTO E EXPANSÃO DA OFERTA
FORMATIVA A NÍVEL NACIONAL.**

- Centro a Formação da Praia (inaugurado a 27 de Junho);
- Centro de Formação de São Jorginho (reabilitado);
- Oficina de Bate-Chapa e pintura do Centro de Formação de Variante;
- Construção da Residência para formandos e formadores de Pedra Badejo;
- Acções de formação (nos concelhos onde não existem estruturas do IEFP – S.N., BV, Maio).

A. I. DADOS:

- Beneficiários (das acções de formação): 1741;



CHEFIA DO GOVERNO

GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

- Áreas de formação: Construção civil, Informática/Instalação e manutenção de sistemas informáticos, Mecânica/Bate-Chapa/Manutenção de Equipamentos e Turismo/Hotelaria;

B. PROGRAMAS.

B.I. Programa de Aprendizagem de Jovens.

Beneficiários: 179 jovens;

Custo: 19.197.725\$00.

B.II. Programa Nacional de Estágios profissionais.

Beneficiários: 70 candidatos

Custo: 20.000.000\$00 (para esta 2ª fase, durante este ano, está orçado em 25.000.000\$00).

B.III. Programa de Emprego Público Qualificado (FAIMO).

Beneficiários: 122 candidatas;

Custo: 10.828.250\$00.

B.IV. Programa Soldado Cidadão (F.A.).

Beneficiários: 72 jovens em SMO;

Custo: 12.980.873\$00.

C. PERSPECTIVAS FUTURAS.

2008: Aumento da oferta (103 acções de formação, com um total de 63.772 horas de formação);

Concelhos: 19 Concelhos do País (dos 22) estão contemplados com acções de formação (sendo que nos Concelhos de Santa Cruz e no Sal, a oferta é maior, com 18 acções cada uma, seguida de São Vicente, com 15 acções e Praia, com 9 acções).

Áreas de oferta: é muito variada, desde Gestão e Administração, aos Serviços (Construção civil – 31; Informática – 11; Turismo – 8).

Parceiros para implementação (Financiamento):

- Luxemburgo
- Holanda
- Espanha
- Brasil
- Região Autónoma das Canárias
- Portugal



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

MINISTÉRIO DA REFORMA DO ESTADO E DA DEFESA
NACIONAL
– Síntese da Defesa Nacional –

PROGRAMA DO GOVERNO:

“A Segurança Nacional ao Serviço da Democracia e Desenvolvimento”.

METAS:

- A - Medidas institucionais e legislativas;
- B - Reforma da Instituição militar e construção de um SSN;
- C - Edificação de Parcerias para reforça da segurança e defesa.

GANHOS:

A. MEDIDAS LEGISLATIVAS E INSTITUCIONAIS.

- Conclusão da Proposta Final do Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional (CESDN);
- Implementação da Lei Orgânica das F.A.;
- Criação da Comissão Nacional de Luta contra a proliferação das armas ligeiras;
- Realização do 1º Inquérito Nacional sobre a situação de circulação e fabrico no País de armas ligeiras;
- Feitura do Relatório sobre a situação das minas anti-pessoal em Cabo Verde.

B. ARTICULAÇÃO.

- Início do patrulhamento dos principais portos do País (com MDN, FA e ENAPOR);
- Conclusão dos processos de aquisição de 1 navio patrulha de 47 metros e de 2 helicópteros.

C. PARCERIAS.

- Assinatura do Tratado de Parceria para fiscalização conjunta com Espanha;
- Realização de fiscalização conjunta e treinamento conjunto com Grã-Bretanha.
- MDN recebeu apoio material dos Governos dos EUA, China, Portugal e Espanha.



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS,
COOPERAÇÃO & COMUNIDADES

- Síntese -

OBJECTIVO DA ACÇÃO EXTERNA EM 2007 E 2008:

Esforços e alianças para mais desenvolvimento (mobilização de recursos), mais segurança para CV e protecção e afirmação das comunidades cabo-verdianas no mundo.

1. PRINCIPAIS QUESTÕES E INICIATIVAS POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS

- ✓ Parceria especial;
- ✓ Adesão de CV à OMC;
- ✓ Segurança e luta contra o tráfico e a criminalidade organizada;
- ✓ Lançamento do processo de extensão da plataforma continental;
- ✓ Emigração e comunidades cabo-verdianas no mundo;
- ✓ Parceria para a mobilidade;
- ✓ Integração regional e africana (CV/CEDEAO/UA);
- ✓ Diálogo, visitas e encontros políticos (MNEC, PM e PR) UE, EUA, NL, França, Brasil, Portugal, Espanha, Luxemburgo, China, Rússia, R. Checa, RUP, Itália, NU, CEDEAO.

2. QUESTÕES DE COOPERAÇÃO E DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS

- ✓ Graduação, GAT, Declaração do GAT relatório ao SG.;
- ✓ Sensibilização do sistema internacional da ajuda pública ao desenvolvimento para os desafios de graduação;
- ✓ Evolução dos recursos mobilizados por CV (necessidade de articulação com o MF no que diz respeito aos fundos dos Organizações Financeiras);
- ✓ O caso das linhas de crédito;
- ✓ Participação na reforma das NU (“Delivering as One” e programa comum);
- ✓ Comissões mistas realizadas e/ou programadas;
- ✓ Evocação de principais programas e projectos de cooperação.



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

3. EMIGRAÇÃO E COMUNIDADES

- ✓ Explicitação e socialização de uma visão do governo para as comunidades;
- ✓ Tema de diálogo político com os países de acolhimento para além das questões tradicionais que envolvem a emigração e as comunidades CV;
- ✓ Criação de grupos de trabalho conjuntos (Pt, Lux) e/ou introdução do tema nas consultas bilaterais (EUA, NL, FR);
- ✓ Potencialidades da Parceria para a Mobilidade com a EU;
- ✓ Negociações com Portugal, Espanha e Franca;
- ✓ Apoio e preparação para a emigração (“migrer les yeux ouverts”, Projecto CAMPO)
- ✓ Diálogo e dinâmicas das associações cabo-verdianas no exterior;
- ✓ Mobilização das competências cabo-verdianas no exterior;
- ✓ Integração e iniciativas no âmbito do co-desenvolvimento (Franca e Espanha)
- ✓ Problemas e reclamações concretas das comunidades: transportes, alfândega, registo civil e atendimento consular)
- ✓ A problemática dos deportados (EUA e outros países). Interpelação de fundo para além dos paliativos e esforços de integração em CV.



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

~
Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

**MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, TRANSPORTES &
TELECOMUNICAÇÕES**

- Síntese -

TRANSPORTE RODOVIÁRIO

“A infra-estruturação tem sido um pilar prioritário da estratégia nacional de transformação da economia de Cabo Verde”.

OBJECTIVO: inserção de Cabo Verde no processo de globalização.

CAMINHO:

- Vencer o desafio da modernização dos portos e aeroportos;
- Criação de uma rede de serviços especializados em torno dessas infra-estruturas.

I. (OBRAS)

Ganhos (Instituto de Estradas):

- Circular da Praia (finda);
- Estrada de acesso a S. Francisco (Início em Março/2008, custo: 465.000 contos)
- Variantes em S. domingos, Ribeirão Chiqueiro
- Correção, alargamento e asfalto das vias da Praia
- Reforço institucional entre o IE, FAMR, IGOPP, DGPOG, DGI (com financiamento do Banco Mundial, do MCC e a OFID).

Ganhos (Projecto de apoio ao sector rodoviário – RSSP):

Santiago

- Estrada de Órgãos – Pedra Badejo (asfalto e reabilitação);
- Estrada Cruz Grande – Calhetona (asfalto e reabilitação);
- Assomada – Porto Rincão (asfalto)
- Via Rápida Praia-Tarrafal (lançado o concurso em Abril/2008).

Maio

- Alcatraz- Figueira da Horta (asfalto e reabilitação);

São Nicolau

- Ribeira Brava – Tarrafal (asfalto e reabilitação);
- Tarrafal- Praia Branca Ribeira Prata (paralelepípedo e reabilitação);



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

~
Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

São Vicente

- Intersecção Salamansa – Norte de Baía (asfalto e reabilitação);
- 2ª fase da Estrada Calhau - Baía (em curso).

Santo Antão

- Duas pontes em Vila das Pombas (construção)
- Ligação Vila das Pombas – Eito.
- Ribeira da Torre - Povoação (lançado em concurso);
- Garça de Cima – Cruzinha (lançado concurso);
- Porto Novo – Ponte Sul – Campo Redondo (lançado concurso).

Ganhos (Contratos de gestão e manutenção de estradas por níveis de serviço – GEMANS):

Projecto-piloto, em 3 Ilhas (Santiago, Fogo e Santo Antão), no valor de 994.000 contos (financiado pelo Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária e geridos pelo IE).

Dele fazem parte:

Santiago

- Estrada São Domingos- Assomada;
- Boa Entrada – Tarrafal;
- Entroncamento Milho Branco – Calheta;
- Calheta – Tarrafal;
- Praia – Cidade velha;
- Praia – Trindade;
- Fundura – Ribeira da Barca;
- Chão Bom – Ribeira da Prata;
- Cidade Velha – porto Mosquito;
- São Domingos – Monte Tchota

Fogo

- São Filipe – Aeroporto;
- São Filipe – Vale dos Cavaleiros;
- São Filipe – Ribeira Filipe;
- Salto – Monte Largo – Achada Furna – Chã das Caldeiras.

Santo Antão

- Ribeira Grande – Ponta do Sol;
- Ribeira Grande – Paul;
- Ponte Sul - Ribeira da Cruz;



CHEFIA DO GOVERNO

GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

~

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

- Porto Novo – Ribeira da Cruz;
- Ribeira Grande – Garça de Cima;
- Paul – Janela.

GANHOS (Contrato – programa de Manutenção de Estradas, financiados pelo Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária).

Santo Antão

- Vale de Penetração da Ribeira da Torre, Coculi – Chã de Pedras;
- Boca de Ambas as Ribeiras – Caibros;
- Manta Velha – Chã de Igreja;
- Selada de Jorge Luís – Alto Mia;
- Porto Novo – Ponte Sul;

São Nicolau

- Ribeira Brava – Talho;
- Ribeira Brava – Aeroporto;

Brava

- Furna – Vila Nova de Sintra;
- Vila Nova de Sintra – Nossa Senhora do Monte;

Boavista

- Rabil – Fundo de Figueiras;
- Rabil – Povoação velha;

Fogo(Anel do Fogo)

- Troço São Filipe – Ribeira Filipe;
- Troço Mosteiros – Ribeira Filipe;
- Troço Mosteiros – Ribeira Filipe;
- Troço Cova Figueira – São Filipe.

GANHOS (Sob a gestão do IE e financiados pelo tesouro, no âmbito do Contratos de Manutenção de Estradas)

Santiago

- Estrada de São João Baptista – Pico Leão;
- Estrada Igreja – Jalalo Ramos.

Santo Antão

- Vila das Pombas – Cabo da Ribeira;



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

~

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

- Porto Novo – ponte SUL;
- Selada de Jorge Luís – Ribeira da Cruz;
- Porto Novo – Ribeira Grande;
- Ponte Sul – Cabo Redondo

São Vicente

- Mindelo – São Pedro;
- Mindelo – Baía das Gatas.

II.FISCALIZAÇÃO

A fiscalização cabe à Inspeção-Geral das Obras Públicas e Particulares (IGOPP). É a entidade que vem pilotando o processo de modernização de toda a legislação relativa ao sector da Construção e Imobiliário, através da revisão da legislação existente, bem com à introdução de novas leis:

- Promoção Imobiliária;
- Regime de condomínio e seu funcionamento;
- Regime de arrendamento;
- Mediação imobiliária
- Regulamento de higiene e segurança do sector da construção.

III.QUALIDADE E SEGURANÇA

A qualidade e segurança (publicas e particulares), são garantidas pelo Laboratório de Engenharia Civil (LEC).

Em parceria com o BM. Está em curso um Projecto de Ampliação e Modernização do LEC.

Projectos do LEC:

- Sistema de Vigilância Geofísica do Vulcão do Fogo;
- Criação de um Observatório Vulcanológico em CV (que irá cobrir as Ilhas do Fogo, Brava, Santiago, São Vicente e Santo Antão).

fiscalização cabe à Inspeção-Geral das Obras Públicas e Particulares (IGOPP). É a entidade que vem



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

~
Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

TRANSPORTE AÉREO

“O sector dos transportes passou por um processo importante de modernização e de adequação aos standards internacionais”.

CONQUISTAS:

- Modernização das infra-estruturas e facilidades no A.I. Amílcar Cabral;
- Modernização dos Serviços de Controlo de tráfego Aéreo na FIR Oceânica do Sal;
- Instalação e inauguração de uma Rede de Radar Secundário, constituída por 3 estações nas ilhas do Sal, Santo Antão e Santiago (com cobertura radioelétrica de todo o espaço aéreo cabo-verdiano) (Junho de 2004);
- Inauguração do novo Aeroporto Internacional da Praia (Outubro de 2005);
- Inauguração do Aeroporto Internacional da Boavista (Outubro de 2007);
- Expansão das infra-estruturas e facilidades aeroportuários na Ilha de São Vicente (obras já concluídos; já se iniciou o processo de certificação);
- Aprovação de procedimentos de navegação aérea (chegada, aproximação e partida de aeronaves), em todos os aeroportos e aeródromos de Cabo Verde, baseados no Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS), em fase de homologação peça autoridade aeronáutica;
- Implementação, em todos os aeroportos Internacionais do País, se Sistemas de Gestão de Segurança;
- Reforço da capacidade institucional da autoridade aeronáutica (Agência de Aviação Civil);
- Aprovação e implementação de um edifício regulamentador moderno (Código Aeronáutico, Regulamentos Aéreos, Programas e Directivas de Segurança
- Obtenção da Categoria 1 da FAA (Setembro de 2003; e o 1º país a obter isso depois do 11 de Setembro);
- Concessão, pelas Autoridades Americanas, do estatuto LPD (*Last Point Departure*) aos Aeroportos da Praia e do Sal;
- Realização do programa USAP (*Universal Security Audit Program*) (Junho de 2004);
- Liberalização gradual do sector dos transportes aéreos (assinatura de acordos de céu aberto – *open skies* – com PT, USA, Estados Africanos da CEDEAO e



CHEFIA DO GOVERNO

GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

~

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

acordos bilaterais com Angola, Itália, Alemanha, França, Holanda, Roménia, Espanha, Inglaterra, Rússia, Suíça, Brasil, Cuba, Argélia, Nigéria e Gambia;

- Reforço e abertura de novas rotas para a Europa;
- Renovação da frota da TACV;
- Implementação do programa de reestruturação e privatização da TACV (em curso)

TACV

O processo de privatização está em curso, com a necessária atenção e ritmo motivado por 3 aspectos fundamentais:

- Desvinculação do Estado do exercício de actividades comerciais (para se ocupar essencialmente das actividades de regulação e regulamentação do sector, permitindo ao sector privado assumir a actividade transportadora);
- Conjuntura internacional desfavorável ao negocio da aviação civil;
- Total dependência de cabo verde de uma companhia aérea de bandeira que dê garantias de fiabilidade e sustentabilidade à nossa ligação com o exterior.

COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS

Liberalização do mercado

Quando? 1 de Janeiro de 2007, que foi o culminar de um conjunto de reformas estruturantes iniciadas em 2005, com:

A Declaração Política e continuada com a
Lei das Comunicações Electrónicas e com a
Lei Base dos Serviços Postais.

Desafios para 2008-2001:

- Aumentar a concorrência com vista à promoção de mais serviços, mais operadores, melhores preços e mais qualidade;



CHEFIA DO GOVERNO

GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

~

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

- Aumentar e melhorar as infra-estruturas de comunicações (com recurso à revisão do contrato de concessão e da introdução de mais u cabo submarino nas ligações internacionais),
- Acesso da concorrência às redes pela via:
 - De redes interligadas;
 - Da portabilidade de números de telefone;
 - Da desagregação total ao lacete local;
- Mais acesso à Internet (com implementação da estratégia nacional sobre a banda larga);
- Mais fiscalização pela adopção de uma fiscalização pró-activa;
- Acesso aos recursos raros pela via de uma gestão efectiva do espectro e números como garantia de acesso equitativo
- Acesso e/ou serviço universal em que um serviço universal é prestado em novos moldes por um ou vários operadores;
- Mais serviços postais, com novos operadores e serviços.

TRANSPORTE MARÍTIMO

“Os Portos desempenham u papel crucial na economia de um País Insular e o sector marítimo tem um papel fundamental na estratégia de transformação de Cabo Verde”.

O supra exposto está expresso nos grandes objectivos da ENAPOR, no âmbito de um plano global que deverá sustentar o crescimento económico nos próximos 25 anos:

- Modernização de expansão das infra-estruturas portuárias;
- Reforço do parque de equipamentos;
- Requalificação dos recursos humanos;
- Reforma institucional;
- Apropriação de uma nova visão de longo prazo para o sector que integra os diversos modos de transporte, através de zonas logísticas de valor acrescentado.

EXPANSÃO PORTUÁRIA (em curso)

Montante: 20 milhões de contos;

Tempo: 2008-2011;

Aplicação:

-Porto da Praia, Porto da Palmeira e Porto de Sal-Rei.



CHEFIA DO GOVERNO

GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

~

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

PORTO DA PRAIA

Financiamento: MCC, GCV e GPT.

Montante: 10º milhões de dólares;

Arranque: 2009.

Objectivo: oferta de serviços portuários marítimos, aduaneiros, inspecção e certificação das importações e exportações em terminais especializados.

PORTO DA PALMEIRA

Montante: 57 milhões de euros;

Arranque: para breve (2009).

ENAPOR

2002-2008 – Investimento.

Na:

- Modernização da organização portuária;
- Formação de recursos humanos;
- Renovação dos equipamentos
- Construção de armazéns e de novos acessos e espaços administrativos

Custo:

- 1 milhão e meio de contos.

Ganhos:

- Aumento da produtividade;
- Redução de custos portuários importantes (tempo de espera, e de descarados navios, acostagem de um maior número de navios, etc).
- Aquisição de equipamentos para os diversos portos (que consumiu a maior fatia do investimento, com cerca de 1 milhão de contos).
- Economias importantes para o carregador (com a entrada dos navios *roll-on roll-off* no sistema), provocando impactos significativos no preço da venda de alguns produtos de 1ª necessidade.

Exemplos:

1. O trigo é recebido na Praia, de S. Vicente, a um custo portuário total para os 2 portos de 78\$00 /tonelada; antes era recebido por 1.500\$00/tonelada.
2. O embarque e desembarque de 1 contentor/camião com carga tem uma taxa de 2.800\$00, enquanto num navio convencional é de 13.000\$00).



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

~

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

3. A descarga a granel do cimento no Porto da Praia. A descarga de navios de forma convencional tinha custos superiores a 1.200\$00/tonelada e são descarregados a 210\$00/tonelada descarregados a granel.

SEGURANÇA

Introdução:

- Medidas e procedimentos de segurança que, a prazo, se traduzirão:
 - Na redução de interferências ou atraso dos passageiros, do navio, do pessoal de bordo e dos visitantes do navio;
 - Na movimentação de mercadorias;
 - Na prestação de serviços.
- “Plano de Segurança de Instalação Portuária” (que contém medidas sobre o controlo da segurança da instalação portuária e dispõe de mecanismos para prever a conservação de registos de acidentes e ameaças à segurança, das revisões e auditorias e de formação, treino e exercícios como prova de cumprimento das prescrições), a cada Instalação portuária, que permite:
- Vigiar e controlar toda a movimentação da instalação portuária e os seus acessos mais próximos, por terra ou mar, de forma permanente, 24H/dia.

TRANSPORTE MARÍTIMO

Confinado ao sector privado (Ex: “Brava do Futuro”).

O Estado deve ter o papel de regulador (assegurar as condições logísticas e institucionais para o seu cabal desempenho).

Ganhos:

- Renovação do certificado de qualidade da IMO (de acordo com as normas ISSO 9001 2000, conseguida por Cabo Verde).
- Extensão da cobertura dos sistemas AIS NAVITEX e GMDSS (em fase de financiamento).
- Protocolo com a Espanha, que garante o financiamento da 1ª fase do projecto VTS (assinado em Julho/2008), para a monitorização do controle das águas nacionais;
- Convénio com a Espanha, já em fase de *pipe line*, que garantirá o financiamento para a 2ª fase do mesmo projecto;
- Projecto de sinalização e balizamento marítimo, no valor de 5,5 milhões de euros (incluído no Convénio supra citado).
- Assistência Técnica a Cabo Verde (no âmbito da cooperação entre o IMP e a DG Marinha Mercante da Espanha), e que se traduzem na:



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

~

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

- Elaboração do plano nacional de contingência contra a poluição marítima;
- Elaboração do plano nacional de busca e salvamento marítimo;
- Realização de um Seminário de qualificação dos inspectores marítimos;
- Elaboração do Código Marítimo nacional (em curso);
- Aquisição de 2 embarcações para o serviço de busca e salvamento marítimo (para breve);
- Construção dos centros de controle de tráfego marítimo (para breve);
- Desenvolvimento de um projecto de aquisição de uma embarcação para o transporte marítimo inter-ilhas de carga e passageiros.



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

- Síntese -

OBJECTIVO PRIMORDIAL:

Sistema fiscal Simples, Justo e Estável.

MEDIDAS CONCRETAS:

1. COMBATE À FRAUDE E EVASÃO FISCAIS.

Reflexos:

- ✓ Diminuição da carga fiscal das empresas;
- ✓ Diminuição da carga fiscal das empresas das famílias;
- ✓ Eliminação das distorções de concorrência;

Medidas:

- ✓ Arrolamento dos contribuintes que operam fora do sistema (“economia paralela”);
- ✓ Melhoria da “divisão” dos contribuintes mais relevantes;
- ✓ Cruzamento de informações para rápida detecção de situações de incumprimento;
- ✓ Fortalecimento da cooperação institucional com outras entidades que exercem funções de fiscalização (IGT, IGAE, INPS, DGA);
- ✓ Reforço do número de inspectores e técnicos verificadores afectos à DGCI;
- ✓ Controlo rigoroso da aplicação do IVA;
- ✓ Aperfeiçoamento da auditoria externa.

2. EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA ADMINITRAÇÃO FISCAL.

Objectivo:

- ✓ Eficácia;
- ✓ Eficiência.

Via: Uniformização de critérios, pela Reforma Tributária.

Medidas:

A

- ✓ Novo Código Geral Tributário;
- ✓ Novo Código de Execução Tributária;
- ✓ Novo Código de Processo Judicial Tributário.

B

- ✓ Simplificação e desburocratização administrativa e adopção do relacionamento on-line entre a A.F. e os contribuintes;
- ✓ Redução dos encargos administrativos suportados pelas p.s. e p.c. para o cumprimento das suas obrigações fiscais;
- ✓ Melhoria das instalações;
- ✓ Investimento na formação profissional dos funcionários;
- ✓ Redução dos tempos de resposta às diferentes petições;



CHEFIA DO GOVERNO

GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

- ✓ Maior celeridade e apreciação dos reembolsos;
- ✓ Reestruturação dos processos e procedimentos da A.F.;
- ✓ Adesão às principais Convenções Internacionais;
- ✓ SYDONIA WORL;
- ✓ Inauguração e entrada em funcionamento das Delegações Aduaneiras do Aeroporto de São Vicente e do Maio.

Reflexos:

- ✓ Harmonização da relação tributária entre os contribuintes e a A.F.;
- ✓ Criação de consenso e estabilidade de princípios e conceitos da relação j/t.
- ✓ Simplificação, padronização e adopção de um código de linguagem comum a nível mundial, para atrair investimentos;
- ✓ Administração Fiscal com instrumentos legais necessários que permitam o combate à criminalidade, ao branqueamento de capitais e a fraude fiscal.
- ✓ Aproximação da legislação fiscal cabo-verdiana à dos Países mais desenvolvidos.
- ✓ Racionalização e consolidação do Novo Código Geral Tributário.

3. BENEFÍCIOS FISCAIS.

Objectivos: Focalização das isenções e dos incentivos, orientando-os para os sectores produtivos e de criação do emprego.

Vias:

- ✓ Compilação e sistematização dos benefícios fiscais existentes e a criação de um sistema de incentivos fiscais.
- ✓ Melhoramento e actualização de algumas medidas de incentivos fiscais;
- ✓ Acompanhamento permanente de monitorização das empresas beneficiárias de incentivos fiscais;
- ✓ Melhoria da fiscalização tributária relativamente ao cumprimento das obrigações impostas aos titulares do direito aos benefícios fiscais.

4. COMPETITIVIDADE FISCAL.

Objectivo: Competitividade fiscal das empresas.

Vias:

- ✓ Redução da taxa de IUR (P.C.) de 30% para 25%;
- ✓ Redução da carga tributária das famílias nos diversos escalões (sendo a taxa normal de 45% para os rendimentos superiores a 2.430.000\$00 nunca superior a 35%).
- ✓ Adopção de mecanismos de regularização de dívidas fiscais em regimes prestacionais excepcionais;
- ✓ Adopção de um quadro de políticas fiscais para a recuperação das dívidas das empresas em situação financeira difícil;
- ✓ Início da redução das taxas consolidadas no quadro das negociações com a OMC.



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE
MINISTROS E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO & ENSINO SUPERIOR

- Síntese -

I- Apreciação Geral

No sector da Educação & Ensino Superior deu-se a continuação de esforços em busca do reforço **da equidade, qualidade e eficácia bem como a modernização e sustentabilidade** do sistema educativo em Cabo Verde. O sector, através de políticas e estratégias acertadas, contribuiu significativamente para melhorar os indicadores de desenvolvimento, traduzindo-se em ganhos substanciais na Formação e capacitação de agentes educativos, em todos os níveis académicos e de ensino; na melhoria, alargamento e modernização do parque escolar, e Melhoria das condições pedagógicas, e, finalmente, no reforço institucional do próprio Ministério da Educação e na resolução de muitos problemas dos professores.

II – Avanços Sectoriais

1. **Pré-escolar:** Pensando na qualidade, o Governo requalificou mais 90 orientadoras e aumentou a capacidade de acolhimento, construindo novas infra-estruturas, beneficiando mais 479 crianças, grande parte delas usufruindo do Programa das Cantinas Escolares.
2. **Ensino básico & Secundário:** Houve maior consolidação do Ensino Básico Obrigatório.
 - a. Alargou-se e modernizou-se o parque escolar deste nível de ensino com a entrada em funcionamento de mais escolas novas e ampliadas, o que representou um investimento global de mais 100 milhões de escudos;
 - b. Foram incluídas novas tecnologias nomeadamente a Rádio e Novas Tecnologias Educativas (RNTE) formando mais de 100 professores e beneficiando cerca de 4800 alunos;
 - c. Continua em curso o processo de reformulação da estrutura curricular visando alcançar a eficácia e sustentabilidade nos subsistemas, Básico e Secundário;
 - d. Reforçou-se a educação especial e integração escolar de jovens deficientes através da modernização e capacitação dos docentes;
3. **Ensino Técnico:** Os investimentos consentidos na formação de docentes e no reforço da componente pedagógica, concedeu ao Ensino Secundário Técnico maior visibilidade e maior procura por parte dos jovens;



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE
MINISTROS E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

- a. Foi implementado o Ano Complementar Profissionalizante, um ganho importante, em duas escolas técnicas – Mindelo e Assomada; e a aposta na formação de professores para a via técnica continua reforçada;
4. **Ensino Superior:** Este foi o ano do Ensino Superior em Cabo Verde:
 - a. Consolidou-se a instalação da Reitoria da Universidade de Cabo Verde, enquanto instituição capaz de responder às expectativas do país e particularmente dos jovens.
 - b. Em matéria de normativos, encontra-se em curso a actualização da Lei de Bases do Sistema Educativo, na parte respeitante ao Ensino Superior,
 - c. Foi já elaborada a versão zero do Plano Estratégico para o Ensino Superior. Também em curso está a capacitação de pessoal docente e não docente. Concebeu-se, já, um plano de avaliação institucional e curricular, a ser implementado, das Instituições de Ensino Superior Privadas, com mais de cinco anos de funcionamento.
 - d. Registou-se uma melhoria qualitativa do processo de informatização e gestão de bolsas, bem como a actualização do sistema de acompanhamento de estudantes bolseiros /não bolseiros e dos formados no País.
 - e. No ano lectivo 2007/2008, 6354 estudantes frequentaram o Ensino Superior, nas instituições públicas e privadas no país, o que representa um ganho significativo para o ensino Superior em C.verde.
 - f. Como resultado da formação de quadros no exterior, concluíram e regressaram no segundo semestre de 2007 125 estudantes bolseiros, e no País, 144 estudantes bolseiros terminaram a formação pós-secundaria, e concluíram, também, a formação 70 estudantes do Instituto Pedagógico e mais 74 dos Institutos de Ensino Superior.
5. **Alfabetização e Educação de Adultos:** continuam sendo orientadas pelo objectivo de redução gradual da taxa de analfabetismo, de modo a que em 2015 se atinja a taxa de 5% na faixa dos 15 aos 49 anos.
 - a. Em termos quantitativos, o programa envolveu mais de 60 mil participantes em 07/08;
 - b. Em termos qualitativos, elaborou-se o Desenho Curricular de Educação e Formação Geral de Adultos baseado em competências.
6. **Apoios Sócio-Educativos:** No combate à pobreza e à exclusão social, o governo continua a desenvolver, através do **ICASE**, um programa de **apoios sócio-educativos**, e o reforço do programa de cantinas escolares, tendo o mesmo disponibilizado quase 207 milhões escudos, cobrindo o pré-escolar, o básico & secundário e o Ensino Superior e a partir de Janeiro de 2008, o Governo assumiu, de forma responsável, a criação de condições para a implementação do Programa Nacional de Cantinas Escolares sob a sua inteira responsabilidade a partir de 2010.



CHEFIA DO GOVERNO

GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

MINISTÉRIO DA DESCENTRALIZAÇÃO, HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- Síntese -

PROGRAMA DO GOVERNO:

“Pela qualidade de vida e desenvolvimento sustentável”.

CONSTRANGIMENTOS:

- Défice habitacional básico é de 30.000 unidades;
- Défice por inadequação dos domicílios é de 60.000 unidades;

SOLUCÕES PROVÁVEIS:

- Análise da sensibilidade do mercado às flutuações da taxa de juro & avaliação do mercado em função da política de preços.
- Política Nacional de Habitação (modelo de habitação adequado à dimensão das famílias cabo-verdianas).

“Temática da Habitação deve ser encarada como um desígnio nacional, e constituir um instrumento de inclusão social, com envolvimento dos agentes e operadores (Estado, Municípios, IFH, Operadores Privados, Grupos Financeiros, ONG’s, Organismos da Sociedade Civil, Famílias).”

MEDIDAS/PERSPECTIVAS:

- Definição de uma Política Eficiente e Eficaz dos solos;
- Procura de soluções que garantam sustentabilidade às operações económicas, em torno da promoção habitacional (reestruturação do IFH);
- Criação de mecanismos de regulação do mercado de habitação;
- Criação de melhores condições de acesso ao crédito para casa própria;
- Coordenação, com os Municípios, do lançamento de programas de infra-estruturação urbana (programas-piloto de requalificação de bairros degradados);
- Promoção, em parceria com os Municípios de habitações de standing’s médio;
- Promoção de programas de habitação social e apoio às famílias mais carenciadas e reabilitação da habitação (Operação esperança);
- Promoção de incentivos à construção de habitação própria (cooperativas de habitação, construção solidária, autoconstrução assistida, parte do OE para este fim);
- Envolvimento das organizações da sociedade civil, na melhoria das condições habitacionais;
- Incentivo do uso de tecnologias e materiais mais adequados às condições climáticas do País e mais consentâneos com o poder aquisitivo dos futuros locatários (parcerias com a IFH, empresas do sector da imobiliária e da construção, instituições financeiras, universidades).



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

– Síntese –

PROGRAMA DO GOVERNO:

“Segurança nacional ao serviço da democracia e do desenvolvimento: promover a segurança das pessoas e bens e afirmar a autoridade do Estado”.

GANHOS:

A – SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

- ✓ Implementação da PN;
- ✓ Aprovação diplomas importantes: *Lei orgânica, Quadro do Pessoal; Tipificação das Carreiras.*
- ✓ Promoção de cerca de 90% dos “promovíveis”.
- ✓ Elevação e instalação de 5 novas esquadras;
- ✓ Formação e colocação de 120 novos efectivos (em formação mais 60 Sub - Chefes).

B – VIACÃO, PREVENÇÃO E SEGURANÇA ROOVIÁRIAS.

- ✓ Modernização e adequação da legislação rodoviária à realidade actual;
- ✓ *Novo Código de Estrada; DUA; Acordo de reconhecimento recíproco de cartas de condução; Carteira de habilitação profissional dos condutores; Uniformização das cores dos táxis.*
- ✓ Implementação das ITAC,
- ✓ Aproximação e coordenação entre a regulação e a fiscalização rodoviárias.

C- EMIGRAÇÃO E FRONTEIRAS.

- ✓ Assinatura da Declaração/Acordo de parceria para a mobilidade;
- ✓ Reencaminhamento de 543 imigrantes clandestinos (despesas de reencaminhamento foram de ECV- 50.000.000\$00);



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

PROJECTOS EM CARTEIRA/ CONSTRANGIMENOS

I. EMIGRAÇÃO E FRONTEIRAS:

- ✓ Passaporte biométrico/electrónico;
- ✓ Supressão de fichas de ED's;

II. INFORMÁTICA:

- ✓ Base de Dados Única de informação Policial;
- ✓ Base de Dados Única de gestão Policial;
- ✓ Base de Dados Única de análise e tratamento de dados estatísticos sobre transgressões, sinistralidade rodoviária e criminalidade;
- ✓ Actualização e consolidação da Base de Dados da DEF;
- ✓ Desenvolvimento de um Sistema Informatizado para o intercâmbio de informações policiais e criminais.

III. LEGISLAÇÃO:

- ✓ Revisão Lei da Nacionalidade;
- ✓ Regime Jurídico que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;
- ✓ Revisão das disposições normativas sobre armas, munições, explosivos, etc;
- ✓ Revisão da Lei que regula a condução sob efeito do álcool e da Lei que regula os serviços de segurança privada.

IV. INSTITUCIONAL.

- ✓ Intercâmbio de informação no domínio da inteligência policial;
- ✓ Troca de experiências no domínio da segurança prisional.



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

MINISTÉRIO DA SAÚDE

– Síntese –

PROGRAMA DO GOVERNO:

“Serviço Nacional de Saúde Moderno e Estável”.

“Mais e melhores serviços de saúde”.

GANHOS:

A.LEGISLATIVO E NORMATIVO:

- ✓ Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde;
- ✓ Dinamização do Conselho Nacional de Saúde;
- ✓ Nova Tabela dos Cuidados de Saúde;
- ✓ Política Nacional de Saúde (como instrumento da reforma do Sector), que tem como orientações:
 - Formação de especialistas para redução da dependência da cooperação internacional
 - Criação de mais serviços (evitando a evacuação para o exterior);
 - Introdução de novas tecnologias na Administração das instituições sanitárias e na gestão dos respectivos recursos;
 - Informatização dos serviços

B. DESCENTRALIZAÇÃO DA ACCÃO SANITÁRIA.

Garante:

- ✓ Maior proximidade às comunidades;
- ✓ Acesso aos cuidados hospitalares de nível secundário;
- ✓ Supervisão e apoio do desempenho pelas Comissões Municipais de Saúde.

C. INFRA-ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE.

Obras:

- ✓ Centros de Saúde da Praia e da Boavista (Finalização das obras);
- ✓ Centros de Saúde dos Mosteiros e do Maio, e do Hospital Regional do Sal (Retoma de construção);
- ✓ Centro de Saúde do Tarrafal (em fase de entrada de funcionamento);
- ✓ Obras na Maternidade do Hospital A. Neto (previsão para breve);



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

- ✓ Remodelação da Rede Hidrosanitária do Hospital B. de Sousa (previsão para breve).

D. DOMÍNIO TÉCNICO.

- ✓ Realização do Inquérito sobre factores de risco das Doenças não transmissíveis;
- ✓ Aprovação da estratégia do controlo das mesmas;
- ✓ Dinamização da colaboração com o MEES, para a implementação do Programa de Saúde Escolar;
- ✓ Elaboração dos planos de acção de saúde mental e eliminação do Paludismo (em curso).

PERSPECTIVAS:

O MS investirá:

- Na formação em matéria de ética;
- Na utilização de novas tecnologias de comunicação;
- Na Descentralização das consultas de especialistas;
- Na melhoria no atendimento e diminuição de tempos de espera.



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

– Síntese –

❖ **GANHOS**

I. OBRAS

A. OBRAS GERAIS:

- ✓ Construção do Palácio de Justiça (Sta Cruz; 276.000 contos; conclusão este no);
- ✓ Construção da Cadeia Regional (Sal; 250.000 contos);
- ✓ Palácio de Justiça (São Vicente; concluído; 260.000 contos);
- ✓ Obras de Ampliação da Cadeia Central (Praia; 130.000 contos; Conc. este ano).

B. ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS (projecção):

- ✓ Construção de estabelecimentos prisionais (Boavista, Santa Catarina/Santiago, Ponta do Sol/S.A., São Nicolau)
- ✓ Beneficiação da Cadeia Regional do Fogo e de Tarrafal de Santiago.

C. PALÁCIOS DE JUSTIÇA (projecção).

- ✓ Porto Novo, Boavista, Maio e Sal;
- ✓ Beneficiação dos Palácios de Justiça de São Filipe (Fogo) e Ponta do Sol (S.A.).

D. GANHOS CONSOLIDADOS:

- ✓ Tribunal Judicial de 2ª Classe do Maio;
- ✓ Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento.

II. POLÍCIA JUDICIÁRIA

OBRAS & RECURSOS HUMANOS:

- ✓ PJ da Praia terá a sua sede nacional, com laboratório de Investigação Criminal (100.000 contos; este ano);
- ✓ Instalações da PJ em São Vicente (obras concluídas em finais de 2008);
- ✓ Instalações da PJ na Boavista (prevista)
- ✓ Instalações da PJ no Sal (prevista).
- ✓ Formação de novos agentes (Inspectores, sub-inspectores, técnicos lofoscopistas e técnicos para laboratório; 2009).

III. SERVICOS DE REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO.

A. SERVICOS.

- ✓ Instalação da C.R. e C.N. de Santa Catarina;
- ✓ Instalação do II C.N. da Praia.
- ✓ Desanexação da Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia (próximos dias);
- ✓ Desanexação da Conservatória do Registo Civil de São Vicente (próximos dias).



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

- ✓ Abertura das Delegações dos RNI em São Salvador do Mundo, Santa Catarina do Fogo e Ribeira Grande de Santiago.
- ✓ Abertura das C.R. e C.N. do Maio, São Nicolau e Brava.

B. LEGISLAÇÃO (em elaboração).

- ✓ Código do Notariado;
- ✓ Código do Registo Predial;
- ✓ Código do Registo Civil,
- ✓ Código do Registo Comercial;
- ✓ Estatuto dos Notários e Conservadores e Regulamento de Carreira;
- ✓ Estatuto dos Oficiais Ajudantes e Regulamento de Carreira;
- ✓ Alteração das Tabelas de custo.

IV.SERVÍÇOS PENITENCIÁRIOS E DE REINserÇÃO SOCIAL.

- ✓ Aumento do número de efectivos da Guarda Prisional;
- ✓ Criação na Cadeia da Praia, do Corpo de Segurança de Intervenção Rápida (previsão para breve);
- ✓ Revisão dos Estatutos dos Guardas Prisionais (projectão);
- ✓ Capacitação dos reclusos para a sua reinserção socioprofissional;
- ✓ Início da medida de cumprimento da pena, através da prestação de tarefas a favor da comunidade (jovens entre os 12 e os 16 anos; projecção).

V. COMBATE AO NARCOTRÁFCO E CRIMINALIDADE ORGANIZADA.

- ✓ Formação e capacitação técnica e operacional dos agentes repressivos;
- ✓ Criação da Unidade de Informação Financeira;
- ✓ Cooperação Internacional intensificada;
- ✓ PJ reforçada com meios humanos, técnicos e operacionais.

VI. ACESSO À JUSTIÇA.

- ✓ Instalação de 3 Casas de Justiça em 2007 (Ribeira Grande de Santo Antão, Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos).
- ✓ Abertura de 1 Casa de Justiça na Brava (previsão - 1ª quinzena de Agosto);
- ✓ Abertura de Casas do Direito no Fogo, São Nicolau e Boavista (previsão - para breve).

VII. LEGISLAÇÃO.

- ✓ Orgânica e Estatutos da Polícia Judiciária (em fase de aprovação do CM);
- ✓ Lei da Organização e do Processo do Tribunal Constitucional (já publicado);
- ✓ Lei da Organização da Investigação Criminal (já aprovado pelo Parlamento);
- ✓ Diploma que cria o Estatuto do Provedor de Justiça(Feito);
- ✓ Lei da Organização da Competência dos Tribunais Judiciais (no Parlamento);
- ✓ Lei que altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público (no Parlamento);
- ✓ Lei que altera o Código de Processo Penal (no Parlamento).



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

MINISTÉRIO DA CULTURA

– Síntese –

PROGRAMA DO GOVERNO:

“Cultura: alma da Nação e factor de desenvolvimento”.

I – GANHOS:

A. DOMÍNIO DA INVESTIGAÇÃO

- ✓ Publicação da História Concisa de Cabo Verde;
- ✓ “O ano mágico de 2006 – Olhares Retrospectivos sobre a Cultura e História Cabo-verdianas”;
- ✓ “Claridade na Palavra dos Outros”;
- ✓ Término do Dossier “Cidade Velha” e deposição na UNESCO;
- ✓ Organização da Visita Histórica da Escuna “AMISTAD”.

B. DOMÍNIO DO RESGATE

- ✓ Requalificação da Rua da Banana (C.V.);
- ✓ Requalificação do Bairro de São Sebastião (C.V.);
- ✓ Término do Centro Nacional de Artesanato (S.V.);
- ✓ Assinatura com o Bispado do Mindelo do protocolo sobre recuperação do Ex- orfanato e Caleijão para C.C. e Museu de Arte Sacra.

C. DOMÍNIO DA DINAMIZAÇÃO

- ✓ Grande prémio Cidade Velha;
- ✓ Bolsa de Criação Cultural;
- ✓ Prémio Pantera descoberta de talento jovem;
- ✓ Homenagem a diversos artistas e criadores;
- ✓ Edição de vários títulos na Literatura e na Investigação;
- ✓ Atribuição de vários apoios para a realização de projectos culturais;

II

EM CURSO

- ✓ Organização de 1 estudo sobre o Mercado de Arte em C.V.
- ✓ Aprovação de alguns diplomas (*Convenção sobre o Património Imaterial, sobre o Património Sub-Aquático, Actualização dos Direitos de Autor, sobre a Comissão de realização do XXXV Aniversário da Independência*)

III

PONTOS PICO

- ✓ Comemoração do XXVº aniversário da Independência;
- ✓ Centenário da Geração Claridosa;
- ✓ Fórum Internacional sobre a Economia do desenvolvimento Sustentado (2008);
- ✓ Preparação da Comemoração do XXXV aniversário da Independência;
- ✓ Seguimento do Plano de gestão da candidatura da Cidade Velha a Património da Humanidade.



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO RURAL E
RECURSOS MARINHOS**

– Síntese –

GANHOS:

A. **PESCAS** (Reforço do sector das Pescas):

- Combate à pesca ilegal;
- Melhor organização das comunidades piscatórias e operadores económicos;
- Aumento da produção e capturas;
- Exploração sustentável dos recursos haliêuticos;
- Aumento da segurança sanitária;
- Reforço da frota nacional em 15% (2007);
- Transbordo do pescado nos portos tem registado aumentos significativos
- Modernização da frota nacional;

B. **AGRICULTURA** (Plano Estratégico da Agricultura – Horizonte 2014):

- Transformar e modernizar o mundo rural;
- Garantir de forma sustentável e duradouro melhoria das condições de vida, inclusão do homem rural;
- Elaboração dos Planos de Acção por ilhas;
- Agricultura Irrigada (mobilização de água de escoamento superficial para rega e abastecimento das comunidades, com a construção de furos e reservatórios, utilização de águas residuais – S.V.);
- Intervenção integrada do Governo (para valorização, gestão e ordenamento das bacias hidrográficas - já em curso, e em 2009, com novas perspectivas);
- Introdução da Hidroponia e Aeroponia;

B.1. PERSPECTIVAS

- Reconversão da agricultura de sequeiro
- Diversificação das culturas, promoção da horticultura de sequeiro, com fixação de mais de 350.000 plantas fruteiras;
- Trabalho junto dos agricultores, com disponibilização de insumos agrícolas (sementes, pesticidas, utensílios, materiais e equipamentos);
- Apoio às fileiras especializadas (a produção do Vinho, na lha do Fogo);

B.2. PACOTE DE PROJECTOS

- Conclusão do pacote de projectos de construção das Barragens de Salineiro, (Ribeira Grande), **Faveta** (S.S. do Mundo), **Saquinho** (S.Catarina) e arranque dos projectos de desenvolvimento agrícola de **Flamengos** e **Principal** (que inclui a construção das Barragens de **Cerrado** e **Pertado**);
- Projecto de Dessalinização para irrigação moderna na **Ribeira de Calhau**;



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

Projecto de produção de Pulgueira (Zonas de **Achada Mosquito, Achada Lagoa, Achada Solandra, Salineiro e Achada Cucuta** e, possivelmente, **Achada Banana, Achada Csta, Achada Carreira, Binbirim, e Achada Biscainhos**).

B.3. INVESTIGAÇÃO.

- ✓ Controlo da sanidade animal e protecção vegetal
- ✓ Apoio ao desenvolvimento da Pecuária
- ✓ Conclusão do 1º Curso de Licenciatura de Eng. Ambiental e Rural.

C. AMBIENTE

- Aprovação do II Plano de Acção Nacional para o Ambiente Horizonte 2004 – 2014 PANA II (constituído por planos sectoriais);
- Redução da pobreza;
- Desenvolvimento de actividades económicas;
- Multi - funcionalidade do sector (saneamento, aprovisionamento de água, redução da pobreza, conservação da biodiversidade e dos seus habitats);
- Melhor integração do Ambiente nas Políticas Sectoriais;
- Melhoria na recolha de resíduos sólidos, tratamento de águas residuais, operacionalização da rede das áreas protegidas, com Planos de Gestão que representam 10% do território nacional;
- Parceria Alargada para o Ambiente (2008);
- Taxa de acesso a água - Geral (90% - QUIB 2007);
- Taxa de acesso a água – Meio Urbano (99% - QUIB 2007);
- Taxa de acesso a água – Meio Rural (76% - QUIB 2007);

C.1. PERSPECTIVAS:

- ✓ Criação da Parceria Nacional da Água (sociedade civil, municípios, sector privado);
- ✓ Reforma e modernização legislativa no sector da água;

D. SEGURANÇA ALIMENTAR

- Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) (2002-2015), que tem os seguintes objectivos:

- Promover agricultura e pesca mais produtiva, diversificada e durável;
- Garantir disponibilidade e estabilidade de produtos;
- Melhorar o acesso económico aos bens alimentares de base e aos ser. sociais de base;
- Reforçar os dispositivos de prevenção e gestão das crises;
- Assegurar o reforço das capacidades dos actores;
- Promoção de uma boa governança da segurança alimentar;



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE
MINISTROS E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

MINISTÉRIO DA JUVENTUDE & DESPORTOS
- Resumo Sector da Juventude -

I- Apreciação Geral

No sector da juventude, considera-se que o balanço do ano foi positivo, uma vez que as actividades programadas foram concretizadas e novos projectos foram realizados. O governo gastou mais 50 Milhões de escudos no apoio ao sector.

II – Programas

1. Inserção Socio-económica:

- a. 12.7 Milhões de escudos, foi a quantia que o governo gastou em actividades geradoras de rendimento para os jovens;
- b. 286 Jovens foram beneficiados com a formação técnico-profissional no âmbito da Cooperação;
- c. 80 Jovens carenciados em todo o País beneficiaram de pagamento de propinas

2. Voluntariado Jovem

- a. O governo disponibilizou 12 milhões de escudos para o programa, cuja implementação decore a bom ritmo, tendo já criado o comité de pilotagem, a coordenação nacional, e brevemente a coordenação Internacional;
- b. Além disso disponibilizou mais 3 milhões de escudos para a promoção do **CARTÃO-JOVEM** com uma série de facilidades e incentivos aos jovens;

3. Mobilidade Juvenil:

- a. No âmbito da promoção da mobilidade juvenil, o governo já gastou mais de 2.4 milhões de escudos na construção da Pousada da Juventude em S.Antão, mais de 6 Milhões na dinamização dos SEJD, e mais de 20 milhões de escudos na promoção dos centros, telecentros e intercâmbios juvenis.

4. Cooperação

- a. Foram assinados vários protocolos e convenções internacionais, visando apoiar os Jovens nomeadamente na área de desporto, formação e promoção juvenil.



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE
MINISTROS E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, CRESCIMENTO &
COMPETITIVIDADE

– Síntese –

I. SECTOR DA ENERGIA & ÁGUA

No obstante a situação energética está caracterizada por alguma insegurança, causada pela precariedade nas redes; perdas técnicas e comerciais (5 % em 2007, atingindo a media anual de 25%); Défit das potências/capacidade; Para satisfação das demandas (sobretudo nos centros urbanos) o governo desencadeou medidas de políticas, a saber:

Política Energética:

Metas

O governo aprovou recentemente, em CM, o documento sobre a política energética do país que consiste na definição das grandes linhas de acção, visando:

- ✓ Satisfação da demanda, redução da dependência energética (aumentando a penetração dos renováveis);
- ✓ Conservação e eficiência energética;
- ✓ Taxa de cobertura eléctrica até 2011 em cerca de 95%
- ✓ Reestruturação do subsector de combustíveis

Em curso:

- ✓ Projecto de implementação de 4 parques eólicos (Santiago, S.Vicente, Sal e Boavista) prevendo uma taxa de penetração de 25%
- ✓ Programa de conservação e de eficiência energética, que além da sensibilização, divulgação e de educação do consumidor e pela substituição das lâmpadas incandescentes por LBC – Lâmpadas de Baixo Consumo.
- ✓ Electrificação rural, ano após ano, gastando em média 250 contos/anos sendo que em 07/08 serão beneficiados: Santa Catarina do Fogo, Santa Catarina de Santiago, Calheta de São Miguel, Santa Cruz, R^a Grande de Santiago e Tarrafal de Santiago (investimento aproximado de 300 mil contos)



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE
MINISTROS E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

- ✓ Plano de racionalização do sistema logístico através da criação da CCC **Projectos Estruturantes:**
- Reforço da capacidade de produção, transporte e distribuição de electricidade na ilha de Santiago;
 - Extensão dos parques eólicos:

Sector da Água:

- Reabilitação das redes de electricidade do País e construção de uma rede primária para a interligação das redes e distribuição de Água na ilha de Santiago
- Aumento da capacidade de produção de água nos grandes centros urbanos, previsão, em breve, da instalação de novas unidades de dessanilização,
- Para a crise da água no interior de Santiago, o Governo já decidiu avançar com os Mega projectos de dessanilização para os conselhos de S.Miguel, Sta.Cruz, e Sta Catarina que vão produzir cerca de 6000 m3/dia
- Para o do Porto Novo, o Governo através das PPP's já concluiu a construção de uma unidade de produção de cerca de 1000m3/ dia, orçada em cerca de 250 mil contos
- Para a Boa vista, o governo promoveu uma PPP, nomeadamente com a SDTBM, para resolver o problema da água.

Dossier Electra

O **diagnóstico operacional** (contratado pelo governo a uma empresa brasileira) já começou a dar resultados tendo:

- ✓ Já elaborado um primeiro diagnóstico operacional. Está na fase de implementação do plano de acção;
- ✓ Já visíveis alguns resultados em termos de recuperação das dívidas, luta contra a fraude, produtividade, gestão operacional da empresa, etc.

Em relação **às dívidas**, desde que o consórcio ADP/ EDP cedeu os seus créditos sobre Electra ao BCA, a ELECTRA obteve do BCA um financiamento de 4.4 milhões de contos que trouxe largos benefícios a situação económica e financeira da empresa.

Iluminação Pública

2008 Deverá ser um ano decisivo para resolução dos problemas de iluminação Pública (o Governo ira continuar com as medidas legislativas e operacionais para a resolução definitiva da problemática do pagamento da factura da IP).

Desvio, furto/roubo de energia eléctrica e água

A proposta legislativa já existe, e o Governo vai aprová-lo brevemente
Além disso o governo já fez contactos com grandes empresas que poderão trazer soluções tecnológicas para a questão.



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE
MINISTROS E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

II. SECTOR DA INDÚSTRIA

Procedeu-se a:

- Actualização legislativa;
- Informatização do processo de licenciamento – Casa do cidadão (Em fase final);
- Criação das Bases de dados sectoriais e integração de todos os serviços conexos;
- Simplificação administrativa dos processos de licenciamento
- Novos parques industriais (Praia e Sal);
- Operacionalização do serviço de Propriedade industrial - recrutamento e formação de pessoal;
- Dinamização do SNQ – Sistema Nacional da Qualidade.
- Criação formal do Projecto da Cimenteira em cooperação com a CBMC-R.P da China;
- Racionalização do sistema de incentivos ao sector empresarial

III. SECTOR DO COMERCIO

Neste sector as acções têm sido centralizadas, sobretudo, na:

- Revisão e adequação da legislação comercial às normas da Organização Mundial do Comércio;
- Simplificação dos procedimentos e circuitos de licenciamento comercial e do comércio externo;
- Acompanhamento da implementação dos Planos de Acções negociados durante o processo de adesão de Cabo Verde à OMC;
- Nas negociações regionais, nomeadamente, a nível do APE Africa do Oeste- União Europeia

IV. SECTOR DO TURISMO

Neste sector destaca-se a :

- Finalização do Master Plan do Turismo & Formação Profissional
- Actualização da legislação do turismo
- Avanço do processo de implementação da escola de Hotelaria e Turismo
- Fiscalização e apoios aos projectos turísticos



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE
MINISTROS E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

V. SECTOR PRIVADO

Em curso:

- O processo de implementação da ADEI (Agencia para o Desenvolvimento Empresarial & Inovação) e toda a sua estratégia para desenvolver o SP;
- Conclusão do projecto das incubadoras de empresas, para apoiar, sobretudo, pequenas e médias empresas;
- Facilitação da criação e apoio às empresas ligadas às TIC's.

VI. INSPECÇÃO & FISCALIZAÇÃO

Este foi um ano da revitalização da inspecção e fiscalização em Cabo Verde :

- Procedeu-se à revitalização da IGAE;
- Foi redefinida a filosofia e os mecanismos de actuação;
- Foi introduzida, pela primeira vez, o princípio de inspecções técnicas, recorrendo às estruturas de primeira abordagem laboratorial.

VII. INVESTIMENTO EXTERNO

Cabo Verde atraiu nos últimos anos:

- Cerca de 22 Milhões de euros em investimento externo;
- Prevendo a criação de cerca de 60 mil postos de trabalho;
- Dezenas de projectos estruturantes em carteira, sobretudo na Área do turismo, o que tornará o País num dos maiores destinos turísticos da região.



CHEFIA DO GOVERNO
GABINETE DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Contribuições Para o Debate Sobre o Estado da Nação 2008

“É necessário o estudo do impacto global para se ponderar da viabilidade da implementação do novo PCCS. Em função do estudo atuarial, a proposta de diploma do novo PCCS deve atender a 3 orientações:

- *Seis quadros privativos (estruturados por níveis);*
- *Tabela salarial única;*
- *Complementaridade em função da especificidade.”*

C. REVISÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA A.P.

Objectivos:

- Introdução de uma nova cultura de gestão pública
- Correcta apreciação dos recursos afectados a cada um dos organismos e funções
- Criação de condições de maior motivação profissional, qualificação e formação permanente dos recursos humanos

D. ESTUDO DE MOBILIDADE.

Fundamental (aliado ao PCCS):

Medidas que visam reestruturação das estruturas em função das novas missões do Estado
Adequação dos recursos humanos a esta nova realidade e sua qualificação.

Objectivo:

- 1º Identificação, concepção e proposição de medidas de envolvimento dos diversos actores no processo de internalização das medidas do PCCS;
- 2º Análise da dimensão real e potencial do pessoal extra-numerário da A.P. cabo-verdiana, bem como a proposição de acções para a sua absorção (nos serviços públicos & privados).

F. DESCONCENTRAÇÃO DA BASE DE DADOS DOS RECURSOS HUMANOS (BDRH)

Objectivo/Ganhos:

Desconcentração do acesso e gestão da BDRH, para:

- Actualização da última situação jurídica profissional (permitindo a “descoberta” de “fantasmas” na A.P).
- Actualização completa do histórico profissional (permitindo a resolução da problemática das progressões).

Vantagens:

- Confirmação do processo pelo funcionário/agente através do Portal (ou correcção, através dos Sectores)
- Actualização dos parâmetros quadro/escalão e respectivo salário (permitindo associação automática do salário ao quadro referência/escalão)
- Gestão das discrepâncias administrativas e orçamentais.

Obs: Elaboração do Orçamento de Pessoal para 2009, baseado na BDRH.

Perspectivas:

- Desenho de um novo fluxo de procedimentos administrativos referentes aos actos de gestão dos R.H. & Implementação de um sistema permanente de actualização, manutenção e gestão da BDRH (com vista a uma gestão integrada, segura e desmaterializada do sistema de R.H., na função publica)